

CONTRATO DE TRABALHO DOCENTE

COMISSÃO APRESENTA PROPOSTA, MAS PRINCÍPIO DA MAXIMIZAÇÃO PERMANECE

Começou a circular entre os professores no final da semana passada, a nova proposta elaborada por uma comissão de professores do Consun, coordenada pelo professor Marcos Mazzeto, da Faculdade de Educação. O novo texto divide os professores em três grandes grupos: aqueles que se dedicam exclusivamente a atividades de ensino; professores que se dedicam ao ensino e pesquisa na graduação; e professores com atividades de ensino e pesquisa na pós-graduação.

Para os professores que exercem somente atividades de ensino a proposta é cruel: eleva para 18 o número de horas atividade (definidas como horas em sala de aula ou orientações) para que o

professor possa ter um contrato de tempo integral - hoje, pela tabela provisória editada na deliberação 02, com 17 horas em sala de aula o professor atinge um contrato de tempo integral.

A proposta é mais generosa para os professores que têm pesquisa na pós ou na graduação, pois alcançariam o tempo integral com 16 horas atividade. Porém esses professores terão que ter uma dedicação mínima de 13 horas, equivalente ao TP-30.

Pelos cálculos da comissão estas mudanças irão acarretar um aumento em folha de cerca de 7% sobre os valores atuais.

A nova proposta estipula também critérios para

contratação de docentes em regime de dedicação exclusiva, mas não estipula parâmetros para as chamadas horas administrativas.

O professor Marcos Mazzeto declarou no último Consun que para a aprovação da proposta ainda para 2012 ela deverá tramitar rapidamente pelo Consun e pelo Consad. Porém, para a APROPUC, uma decisão desta natureza deve passar por uma ampla discussão com a categoria. Por isso a entidade está chamando uma assembleia para 12/9, segunda-feira, às 17h30, em sua sede. Nesta edição a APROPUC enumera os principais itens que entende como fundamentais para os docentes da universidade.

REDE DE PROTEÇÃO VOLTA A SE REUNIR

A Rede de Proteção aos defensores de Direitos Humanos ameaçados, formada após a realização do ato público "Erguendo Barricadas! Basta de Assassinatos! Nenhum Militante a Menos!", se reuniu no dia 6/9 na sede da APROPUC para pensar os próximos passos da rede.

As diversas entidades presentes debateram a necessidade de organizar núcleos setoriais de proteção aos militantes ameaçados, onde seriam pensadas iniciativas para ajudar-lós.

Durante a reunião foram feitas novas denúncias (veja mais na página 6).

ASSEMBLEIA

DOS PROFESSORES

Proposta da Comissão do Consun sobre o novo Contrato de Trabalho Docente

Sede da APROPUC

12/9

Segunda-feira

17h30

Em setembro e outubro atividades marcam o aniversário da APROPUC



Fundada no dia 26 de setembro de 1976 a Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC) comemora neste mês 35 anos de existência. Entre as comemorações de aniversário es-

tão várias atividades, entre elas, debates, saraus e lançamentos de publicações. Veja abaixo a programação completa que se estenderá pelos meses de setembro e outubro.

SETEMBRO

14

Lançamento da revista Cultura Crítica sobre Saramago

Para marcar o lançamento da revista Cultura Crítica nº 11, será realizado um debate, na sala 239, às 19h30, com Adriana Fabiana Guimarães, doutoranda da USP, Cristiane Agnes Stolet Correa, doutoranda da UFRJ, Maria Heloisa M. Dias, professora da Unesp de Rio Preto, Marcelo Campos Tiago, doutorando do Mackenzie, Roksyan de Paiva Silva, graduando em Letras, FSA. A revista já foi entregue aos professores associados à APROPUC, e estará disponível no debate.

22

Debate sobre Diversidade Sexual

Para trazer o debate da diversidade sexual e violência homofóbica à tona, em parceria à Rede de Proteção, o Curso de Serviço Social, o CASS e a APROPUC realizarão dois debates, um no período da manhã e outro no período da noite, no auditório 239, no 2º andar no prédio novo, com os debatedores Regina Fachinni, da Unicamp, Eduardo Cardoso, do CADES, Guilherme, da UERJ e Cláudio, da USP.

30

Sarau musical

A sede da APROPUC será espaço de um sarau que reunirá músicos e cantores da PUC-SP em uma alegre confraternização entre professores, funcionários e estudantes. O horário ainda será confirmado.

OUTUBRO

19

Lançamento da revista Cultura Crítica sobre Adoniran Barbosa e Noel Rosa

O número 12 da revista Cultura Crítica vai abordar a obra dos compositores Noel Rosa e Adoniran Barbosa, que completariam 100 anos em 2010. O lançamento será celebrado com um show musical com artistas da PUC-SP. O evento acontecerá no Tucarena em horário a ser confirmado.

27

Lançamento da Revista PUCviva Comuna de Paris - Volume II

O sucesso do evento comemorativo dos 140 anos da Comuna de Paris fez com que a APROPUC reunisse várias colaborações de professores para uma nova edição. O lançamento será precedido da projeção de um filme sobre o evento e, nos próximos meses, a entidade enviará aos associados uma cópia em DVD dos debates ocorridos na Semana comemorativa.

Atividade Permanente

Nos meses de comemoração da entidade, a Rede de Proteção aos lutadores dos Direitos Humanos no Brasil estará se reunindo regularmente toda terça-feira às 17h na sede da APROPUC para dar continuidade ao trabalho em defesa dos militantes perseguidos em todo o país.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 fi CEP: 05009-000 fi Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7...andar fi Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 fi **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br fi **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Welschardt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

O que a APROPUC espera de um novo contrato de trabalho

No final da semana passada chegou às mãos da diretoria da APROPUC o documento com a proposta do novo Contrato de Trabalho Docente.

A proposta do contrato de trabalho foi elaborada por um grupo de professores do Conselho Universitário (Consun), como alternativa aos constantes casuísmos que vêm vigorando nos últimos anos na PUC-SP, principalmente após o processo de maximização.

Para a APROPUC é fundamental que o novo contrato de trabalho não tenha por horizonte os valores postos pela maximização. A deliberação 65/78, apesar de todas as críticas feitas pela maioria dos professores, comparada ao atual contrato maximizado, preservava o mínimo das condições de trabalho docente, proporcionando certo tempo para realização de afazeres complementares à sala de aula - como correção de texto, atendimento aos alunos, preparação de aulas etc. -, bem como algum tempo para o professor se dedicar à pesquisa e projetos de extensão.

No entanto, com o aumento da carga horária em sala de aula e o tempo extremamente reduzido para suas funções acadêmicas, a qualidade do trabalho do professor é muito prejudicada. Esse fato foi denunciado na série de entrevistas realizadas no primeiro semestre pelo

PUCviva, o que também é sentido pelos estudantes que não se cansam de criticá-lo (veja nesta edição um artigo de estudantes de Direito).

Com a maximização, o tripé ensino/pesquisa/extensão, eixo da deliberação 65/78, foi deixado para segundo plano, pois os professores passaram a ter pouco tempo para se dedicar à pesquisa ou aos cursos e projetos de extensão. Nesse sentido, por várias vezes, a APROPUC defendeu que tais cursos e projetos compusessem o contrato de trabalho docente, não se colocando à margem da composição horária do professor.

TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL

A partir da crise de 2006 os gestores da universidade introduziram novas regras salariais para os professores. Hoje um docente que ingressa na PUC-SP, tem um salário base bem menor ao de um colega que tem mais tempo de casa. Encontra-se em vigor, por exemplo, a absurda situação de um mestre que ingressou na PUC-SP recentemente, após passar por toda a maratona de ingresso na carreira, ganhar bem menos que um professor que está na universidade há mais tempo, mesmo com titulação inferior.

Existem várias tabelas salariais e, mesmo aqueles que lecionam na universidade há mais tempo, quando ascendem a outra

categoria na carreira, após um período de represamento, têm seu salário diminuído em relação a um colega que exerce a mesma função. Esse é um procedimento totalmente ilegal, proibido pela Convenção Coletiva do Sipro-SP, que prevê salário igual para trabalho igual. Um contrato de trabalho não pode se guiar por diferentes tabelas salariais, pois isso se constitui em uma afronta aos direitos trabalhistas.

FIM DO REPRESAMENTO

Outro ponto que não é diretamente vinculado ao contrato de trabalho, mas diz respeito à vida docente, é o chamado represamento que impede que os professores galguem os degraus da carreira, mesmo satisfazendo a todas as condições previstas na universidade. A atual situação tem provocado uma série de constrangimentos entre os docentes de vários departamentos, que vêm colegas igualmente qualificados em categorias funcionais diferentes. De nada adiantará um novo regime contratual se estas situações anômalas permanecerem na universidade.

DISCUSSÃO COM A CATEGORIA

O fundamental para toda categoria de professores é que qualquer resolução sobre seus contratos seja debatida democrati-

camente entre todos, em suas faculdades e departamentos. Por mais capacitados que nossos representantes no Consun sejam, é imprescindível que as propostas de uma nova deliberação sejam analisadas por toda a comunidade.

O Contrato de Trabalho Docente se constitui em um instrumento normativo de caráter acadêmico e trabalhista e, portanto, sua deliberação deve atender a esses dois critérios previstos em Convenção e Acordos Coletivos e exigências acadêmicas. A história recente da PUC-SP tem sido uma sucessão de desastres com os gestores tomando atitudes unilaterais, sem que professores, estudantes e funcionários sejam, de fato, ouvidos. Isso tem conduzido ao descontentamento dos três setores.

Assim, a APROPUC entende que um contrato de trabalho deve atender prioritariamente as reais condições de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos professores condições dignas de exercício de suas funções acadêmicas.

Nesse sentido, a APROPUC está convocando uma assembléia geral da categoria para esta segunda-feira, 12/9, às 17h30, para definir um posicionamento dos professores sobre as mudanças propostas no documento.

Diretoria da APROPUC

FALA COMUNIDADE

A maximização também atinge o Direito

Grupo Disparada

Não é de hoje que o processo de Maximização vem sendo implementado em nossa Universidade, ora de maneira mais ostensiva, ora de maneira velada. Porém, o curso de Direito sempre foi tratado de forma diferenciada pela reitoria e pela Fundação São Paulo (Fundasp), por ser considerada a "galinha dos ovos de ouro" da PUC-SP. Apesar da onda de demissões de 2006 também ter atingido o Direito, não o fez da mesma maneira como atingiu outros cursos, sobretudo os considerados deficitários, dentro de uma perspectiva mercantilista de educação superior.

Deliberações do Conselho Superior de Administração (Consad), proferidas no início deste ano, deram início à nova onda de maximização, alterando os parâmetros para a definição da categoria contratual em que os professores podem se enquadrar. Um professor que tivesse um determinado número de créditos antes das deliberações se enquadraria em um tipo de contrato, e depois das deliberações, em outro, pior remunerado. Ou seja, sem qualquer alteração no número de créditos, o salário do professor seria reduzido. Frise-se que esta alteração não respeita o acordo interno firmado entre a Fundasp e a APROPUC e vai contra a

resolução 65/78.

Esta resolução, de mais de 30 anos atrás, é até hoje inovadora na relação de trabalho entre professores e universidades. Ela previa, em síntese, que o trabalho do professor não se restringia às horas-aula ministradas, compreendendo também horas administrativas e horas de orientação. Isso privilegia

para dedicar à pesquisa e extensão, além de assemelhar a PUC-SP às chamadas "Uniesquinas".

E o Direito? O Direito, como dito, sempre foi tratado com outras medidas, muito por conta da força política que sua arrecadação financeira propiciava. No entanto, chegou-se a um limite, e agora cada vez mais professores são

to de trabalho mínimo, que após as deliberações passou a ser TP-5.

A esperteza política dos administradores faz com que não haja mais ondas de demissões, mas sim constantemente demissões a conta-gotas. O problema é que as demissões nunca levam em conta a qualidade do ensino, o que é intolerável, pois põe a PUC-SP num rumo desastroso. Agora, ou os professores pegam novas turmas ou perderão seus empregos, o que leva a outro problema, da burocracia da Faculdade, que por razões obscuras privilegia determinados professores, concedendo-lhes muitas turmas, em detrimento de outros.

Diante desse quadro, o que defendemos é o retorno às disposições da Resolução 65/78, vigentes até muito recentemente. Isso significaria, é claro, a extinção do contrato TP-5 e o reenquadramento dos professores atualmente nessa categoria ao contrato TP-10, com melhor distribuição de aulas entre os professores e incluindo um maior tempo para desenvolvimento de pesquisa e projetos de extensão. Em suma, somos contra qualquer tipo de demissão, direta ou indireta, causada pelas deliberações do Consad e que não levam em consideração a qualidade de ensino.

O que hoje está se impondo é que o professor ocupe mais suas horas com aulas, recebendo a mesma quantia.

Em termos práticos, se o professor ministrava quatro créditos, se enquadrava no contrato TP-10, e hoje, depois das deliberações do Consad, ministrando os mesmos créditos, passa a se enquadrar em TP-5, com metade da remuneração

a qualidade de ensino e o desenvolvimento do pensamento acadêmico.

O que hoje está se impondo é que o professor ocupe mais suas horas com aulas, recebendo a mesma quantia. Em termos práticos, se o professor ministrava quatro créditos, se enquadrava no contrato TP-10, e hoje, depois das deliberações do Consad, ministrando os mesmos créditos, passa a se enquadrar em TP-5, com metade da remuneração. Portanto, para receber o mesmo, o professor deve dar mais aulas. Dessa maneira, aproximam-se os tempos parciais das horas-aula, o que reduz o tempo

afetados pelas mudanças contratuais. A realidade dos professores do Direito é, de certo modo, diferenciada. Qualquer bacharel tem por perspectiva um mercado muito abrangente e que geralmente remunerava muito acima da média. Assim, bem dificilmente optará exclusivamente pela carreira acadêmica, ainda mais tendo-se em vista o salário atual pago pela PUC-SP. Desta forma, praticamente todos os professores do Direito possuem também outro trabalho. Por isso, grande parte deles se encontra à beira da demissão, pois dispondo de menos tempo, se enquadra no contra-

Grupo Disparada é composto por estudantes da Faculdade de Direito

GAUCHE NA VIDA

0 11 de Setembro dez anos depois

Paul Craig Roberts

Completamos nesta semana uma década do 11 de setembro de 2001. De que forma resistiu o relatório oficial do governo americano ao longo da última década?

Não muito bem. O presidente, o vice-presidente e o principal advogado da "Comissão do 11 de setembro" escreveram livros distanciando-se parcialmente do relatório da Comissão. Dizem que a administração Bush pôs obstáculos ao seu trabalho, que lhes foi sonogada informação, que o presidente Bush se dispôs a testemunhar na condição de ser acompanhado pelo vice-presidente Cheney e de nenhum dos dois estar sob juramento, que o Pentágono e os oficiais da Administração Federal da Aviação (FAA) mentiram à Comissão e que esta chegou a considerar indicar este falso testemunho para investigação por obstrução à justiça.

No seu livro, o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente Thomas Kean e Lee Hamilton, escreveram que a "Comissão de Investigação do 11 de Setembro" foi "feita para falhar". O advogado da comissão, John Farmer Jr. escreveu que o governo americano tomou "a decisão de não contar a verdade acerca do que aconteceu" e que os cassetes [gravações] do "Comando Americano de Defesa Aeroespacial" (NORAD) "contam uma história radicalmente diferente daquela que nos foi contada e tornada pública".

A maioria das questões levantadas pelas famílias das vítimas ficou sem resposta. Testemunhas importantes não foram chamadas. A Comissão apenas ouviu aqueles que subscreviam a versão do governo. A Comissão foi uma operação politicamente controlada e não uma investigação baseada em provas e acontecimentos reais. Os seus membros eram políticos. Nenhum especialista foi

nomeado para a Comissão.

Outro membro da comissão, o senador Max Cleland, respondeu desta forma às restrições impostas à Comissão pela Casa Branca: "Se estas decisões se mantiverem, eu, enquanto membro da Comissão, não poderei olhar nenhum americano nos olhos, especialmente os familiares das vítimas, e afirmar que a comissão teve carta branca. Esta investigação está, de agora em diante, comprometida". Cleland preferiu demitir-se a ver a sua integridade igualmente comprometida.

Para ser claro, nem Cleland nem qualquer outro membro da comissão sugeriu que o 11 de Setembro fosse um golpe montado a partir do interior do governo e destinado a promover uma agenda belicista. Porém, nem o Congresso nem a imprensa perguntaram, pelo menos não em voz alta, por que o presidente Bush não desejou apresentar-se à comissão sob juramento ou sem Cheney, por que o Pentágono e os oficiais da FAA mentiram à Comissão, ou, se não mentiram, por que a Comissão ficou com a impressão de que eles mentiram, ou ainda por que a Casa Branca resistiu à criação de uma Comissão de Investigação, mesmo que esta estivesse sob o seu controle.

Seria legítimo pensar que, se um grupo de árabes tivesse conseguido enganar não apenas a CIA e o FBI, mas todas as 16 agências de informação americanas e todas as agências de informação dos nossos aliados, o Presidente, o Congresso e a imprensa gostariam de saber como foi possível que um evento tão improvável se produzisse. Pelo contrário, a Casa Branca mostrou grande resistência a que tal fosse descoberto e tanto o Congresso como a imprensa mostraram interesse diminuído.

Durante a última década, numerosas associações apelando a que se diga a verdade sobre o 11 de Setembro foram organizadas.

Temos os "Arquitetos e Engenheiros pela verdade do 11/9", os Bombeiros, os Pilotos, os Professores, a "Associação de Memória do Edifício 7" e o "Grupo de Nova York", que inclui familiares das vítimas. Estes grupos apelam a que seja feita uma verdadeira investigação.

David Ray Griffen escreveu 10 livros, fruto de cuidada pesquisa, documentando problemas do relatório governamental. Os cientistas notaram que o governo não tem explicação para o aço fundido. O "Instituto Nacional de Normas e Tecnologia" (NIST) foi forçado a admitir que o "World Trade Center 7" (WTC) estava em queda livre durante parte do seu declínio e uma equipe de cientistas liderada por um professor de nanoquímica da Universidade de Copenhague anunciou ter encontrado vestígios de nanomateriais intermoleculares metaestáveis [nanothermites ou NIM] na poeira dos edifícios.

Larry Silverstein, locador dos edifícios do World Trade Center, afirmou que a decisão de "derrubar" o Edifício 7 tinha sido tomada na mesma tarde de 11 de Setembro. O chefe dos bombeiros disse que não foi feita nenhuma investigação forense à destruição dos edifícios e que a ausência de tal investigação constituía uma violação da lei.

Têm sido feitos alguns esforços no sentido de explicar algumas das provas que contradizem a versão oficial, mas a maioria dessas provas são simplesmente ignoradas. A prática tem sido a de estigmatizar como "teóricos da conspiração" todos os especialistas que manifestem dúvidas em relação à versão oficial. Podemos descartar todas as provas contrárias como coincidências e erros e concluir que só o governo compreendeu tudo bem - o mesmo governo que compreendeu mal todo o resto.

Mas, na realidade, o governo

não explicou absolutamente nada. O relatório da NIST é mera simulação daquilo que poderá ter levado à queda das torres no caso de as suposições programadas no seu computador estarem corretas. Mas a NIST não fornece qualquer evidência de que tais suposições estejam corretas.

O Edifício 7 não é mencionado no relatório da Comissão e muitos americanos desconhecem até hoje que três edifícios caíram no dia 11 de Setembro.

Deixem-me ser claro sobre o assunto. Eu não estou a dizer que um qualquer grupo neoconservador operando secretamente no seio da administração Bush explodiu as torres com o intuito de fazer progredir a sua agenda para a guerra no Médio Oriente. Mesmo que haja provas de que algo está a ser encoberto, pode tratar-se do governo a encobrir a sua incompetência e não a sua cumplicidade. O que quero sublinhar é o quão displicente o poder executivo, incluindo as agências de segurança, o Congresso, a imprensa e largas camadas da nossa população, têm sido em relação à investigação do momento chave do nosso tempo.

Não há dúvida de que o 11 de Setembro é um acontecimento determinante. Levou a uma década de guerras em constante expansão, ao espezinhar da Constituição e a um estado policial. No passado dia 22 de agosto, Justin Raimondo fez saber que ele e o seu site "Antiwar.com" estavam sob vigilância da "Unidade de Análise de Comunicações Eletrônicas" do FBI no sentido de determinar se o "Antiwar.com" é "uma ameaça à segurança nacional" a trabalhar "no interesse de uma potência estrangeira".

Francis A. Boyle, um professor internacionalmente conhecido e advogado especializado em direito internacional, fez saber

continua na próxima página

continuação da página anterior

que, quando recusou uma oferta conjunta da CIA e do FBI para violar o sigilo profissional e tornar-se uma fonte de informações dos seus clientes árabes americanos, foi colocado na lista de vigilância antiterrorista.

A versão governamental dos acontecimentos de 11 de Setembro é o fundamento de guerras sem fim, que estão a exaurir os recursos dos EUA e a destruir a sua reputação, e é, internamente, o fundamento de um estado policial que irá acabar por calar toda e qualquer oposição à guerra.

Os americanos encontram-se reduzidos à versão do 11 de Setembro como "ataque terrorista muçulmano" porque é ela que justifica o massacre das populações civis em vários países muçulmanos, bem como, internamente, um estado policial apresentado como o único meio de nos proteger dos terroristas, que já se transformaram em "extremistas internos", tais como ambientalistas, grupos de defesa dos direitos dos animais e ativistas antiguerra.

Se hoje os americanos não estão seguros, não é por causa dos terroristas ou dos extremistas internos, mas sim porque perderam as suas liberdades civis e não têm qualquer proteção contra um inexplicável poder governamental. Seria legítimo pensar que a forma como tudo isto começou seria digna de um debate público e de audiências no Congresso".

FONTE: escrito por Paul Craig Roberts, economista, ex-editor do "Wall Street Journal" e secretário assistente do Tesouro dos EUA. Íntegra do artigo no site "Resistir.info" (Portugal) e no portal "Vermelho" (http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=163142&id_secao=9)

MOVIMENTOS SOCIAIS

Rede de proteção se reúne e denúncias continuam

As entidades que participam da Rede de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, formada após a realização do ato público "Erguendo Barricadas! Basta de Assassinatos! Nenhum Militante a Menos!", voltaram a se reunir no dia 6/9 para debater os próximos passos da rede.

Durante a reunião foi feito o relato das ameaças de morte ao radialista Wilton Andrade, que trabalha na rádio Milenius na cidade de Itaporanga, em Sergipe, e sofreu atentado no final do ano passado após denunciar esquemas de corrupção da prefeitura da cidade. Colocaram uma bomba dentro de seu carro e o jogaram em direção a sua casa, mas, felizmente, Wilton Andrade e sua família sobreviveram ao atentado.

Após o fato, Andrade entrou no programa de proteção aos defensores de direitos humanos do governo federal. No entanto, conforme noticiado na última edição do *PUCViva*, o radialista deixou o programa após receber a informação que não seria mais protegido pela Força Nacional de Segurança, restando como alternativa um número de celular a ser usado caso sofresse alguma nova ameaça.

No relato também foi

denunciado que durante o período em que esteve sob proteção do governo, as ameaças contra a sua vida continuaram e que a investigação sobre a autoria do atentado não avançaram nenhum passo durante esses nove meses.

As entidades presentes debateram que o Estado brasileiro, não só no caso do radialista, mas em diversos outros, participa de um processo de criminalização dos lutadores que se posicionam contra os efeitos do avanço das mega-obras que acontecem em todo o país.

O Estado brasileiro, aliado com os grandes grupos transnacionais, participa de uma política de extermínio daqueles que se colocam contra a destruição do meio-ambiente em áreas de expansão do agronegócio. Nas cidades, quem se coloca contra os interesses das grandes empreiteiras também é ameaçado.

Na matéria abaixo noticiamos mais um atentado a um militante de movimento social.

NÚCLEOS DA REDE

Durante a reunião, foi debatida a necessidade de formar núcleos setoriais da rede de proteção como forma de enraizar o deba-

te e angariar apoio de outras instituições, além das já que estão presentes nas reuniões.

A rede também irá procurar intelectuais renomados, como os professores Fábio Konder Comparato, Francisco de Oliveira e Paulo Arantes, além de notórios defensores de direitos humanos como Plínio de Arruda Sampaio e Irmã Alberta. A intenção é fazer um documento assinado por todas essas pessoas denunciado as mortes e as ameaças a militantes.

O documento será levado para outros países e cortes internacionais de direito. A intenção é pressionar o Estado brasileiro a defender esses militantes, constrangendo autoridades do país a se colocarem contra os interesses das grandes empreiteiras e grupos transnacionais.

Estavam presentes à reunião representantes da APROPUC, Tribunal da Terra, Sindicato dos Radialistas, Sindicato dos Trabalhadores da USP, Grupo Tortura Nunca Mais, Centro Acadêmico de Serviço Social da PUC-SP (CASS), Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABPESS).

Militante do MTST sofre atentado no DF

Dois homens amados arombaram o portão e entraram na casa de Edson Francisco, em Brazilândia (DF), no último dia 6/9. Os homens dispararam vários tiros contra o membro da coordenação nacional do MTST, que felizmente conseguiu fugir sem feri-

mentos graves. Em nota, o MTST afirmou que desconhece os autores dos ataques, mas que tem "clareza de que isso é parte da intensa criminalização sofrida pelos Movimentos Populares."

O movimento denunciou também que outros militantes da

organização estão sendo ameaçados em Minas Gerais e no Amazonas. Apesar das ameaças e dos atentados o MTST afirmou que o movimento sabe "contra quem luta e o que quer. Nossa luta continua e irá se intensificar por todo o Brasil".

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

No dia da Pátria, Grito dos Excluídos vai às ruas por justiça social

Em contraposição aos desfiles e às comemorações oficiais no país, o feriado da Independência do Brasil, dia 7/9, foi marcado pela 17ª edição do Grito dos Excluídos, sob o lema "Pela vida, grita a terra... Por direitos, todos nós". A manifestação popular ocorreu em



Manifestantes na Praça da Sé durante o Grito dos Excluídos

quase todo o país, em 25 estados e no Distrito Federal.

Em São Paulo, uma missa na Catedral da Sé marcou o início do Grito dos Excluídos na cidade. Após a cerimônia, manifestantes seguiram em passeata em direção ao Monumento da Independência, no Ipiranga. Reunindo cerca de mil pessoas durante a concentração em frente à Catedral da Sé, índios da etnia Pankararé, de Osasco, apresentaram uma dança típica da tribo.

Neste ano, a manifestação buscou alertar a população contra o novo Código Florestal, além do processo de remoção da população carente, em vista dos grandes eventos esportivos e grandes obras a serem realizadas nos próximos anos no Brasil. O debate sobre a terra também traz diversas questões para a pauta como a necessidade da Reforma Agrária e contra a constru-

ção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

O Grito dos Excluídos é organizado pela Pastoral Social da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), pelo Fó-

rum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e pela Campanha Jubileu Brasil.

O Grito dos Excluídos surgiu em 1995, ligado à Campanha da Fraternidade daquele ano. Criado pelo Setor Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a mobilização ganhou a adesão de outras entidades e movimentos sociais ao longo dos anos.

Mobilizações em Teresina barram aumento da passagem

As mobilizações em Teresina (PI) contra o aumento da passagem de ônibus na cidade mostraram a todo o país que, quando a população vai às ruas e exige seus direitos, consegue conquistas. Após diversos atos, que chegaram a reunir 30 mil

pessoas nas ruas, bloqueio de avenidas e alguns ônibus queimados, o preço da passagem, que havia aumentado de R\$ 1,90 para R\$ 2,10, foi revertido. A luta dos manifestantes continua, já que o horizonte não é apenas a redução, mas a tarifa zero.

MP pede afastamento de 34 PMs em caso de assassinato de juíza

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro pediu o afastamento de 34 policiais militares por envolvimento no assassinato da juíza Patrícia Lourival Acioli. Ela foi assassinada em agosto com 21 tiros quando chegava à sua casa, em Niterói, no Rio de Janeiro.

A juíza era responsável por uma série de denúncias contra policiais militares em todo estado do Rio de Janeiro, e já vinha sendo ameaçada por PMs desde 2007.

A maioria dos policiais são acusados de forjar os chamados autos de resistências - quando o policial militar mata uma pessoa, e registra que só reagiu a um ataque. Essa forma de registro faz com que inúmeros casos de violência policial deixem de ser investigados.

Além do caso da juíza, durante a semana passada a justiça do Pará negou recurso ao fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, acusado de ser o mandante do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, assassinada com 12 tiros em abril de 2005 em Anapu (PA). Dessa forma, foi mantida a pena de 30 anos de prisão para Galvão, que ainda pode recorrer da decisão ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, mas terá de aguardar o julgamento dos recursos preso.

ROLA NA RAMPA

Ciclo retoma discussão sobre o 11 de setembro

Para debater os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, e suas consequências, diversas atividades ocorrerão na PUC-SP. Nos dias 14 e 15/9, das 9h às 12h e das 14h às 18h, será realizada a palestra "Os Ataques Terroristas no dia 11 de Setembro: 10 Anos depois", promovida pelo professor Reginaldo Nasser e o curso de Relações Internacionais, no auditório 100, no 1º andar do prédio novo. Nos dias 14, 15 e 16/9, será realizado um ciclo de mesas redondas e exibições de filmes, baseado no tema "A Maior Obra de Arte jamais realizada: Dez Anos Após 11 de setembro". No dia 14/9, às 18h, haverá uma exibição de curtas-metragens e, em seguida, às 20h30, a mesa redonda "Política e Mídia", com os professores da PUC-SP, Miguel Wady Chaia, Reginaldo

Nasser e Arlindo Machado. Já no dia 15/9, às 18h, mais uma exibição de curtas-metragens, e às 20h30 outra mesa redonda, desta vez com a temática "Medo", com os professores da casa Vera Chaia, Edson Pasetti e Lúcio Flávio de Almeida. Encerrando as atividades, no dia 16/9, às 18h, a programação contará com a exibição do filme "Código 46", de Michel Winterbottom; às 20h, uma performance audiovisual e, às 20h30, a mesa redonda "Arte e Política", com os professores Telmo Antonio Dinelli Estevinho, da UFMT e Syntia Alves. Os debates e exibições de filme foram organizados pelo professor Miguel Chaia e pela faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, e ocorrerão no Auditório Paulo VI (saguão da Biblioteca Térreo do prédio novo).

AFAPUC estreia com vitória em campeonato de futebol

O time de futebol da AFA-PUC estreou com vitória no campeonato da SAESP (Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de São Paulo) - que reúne diversas entidades de funcionários de universidades de toda a cidade. A time da

AFAPUC venceu por 3 a 1 o time dos funcionários do Mackenzie, com dois gols de Rafael Souza e outro de Luciano Jorge. Outro destaque da partida foi o goleiro Joel Corsini. A próxima partida será realizada no dia 11/9 contra a FAAP.

Abertas as inscrições para a Semana Acadêmica da PUC-SP

As inscrições para a Semana Acadêmica da PUC-SP para professores e coordenadores pedagógicos tiveram início no dia 16/8, e se encerraram no dia 10/9. Para alunos que queiram apresentar pesquisas e sim-

pósios, as inscrições comecem no dia 28/9. A Semana Acadêmica deste ano será realizada entre os dias 7 e 11/11, e os interessados devem se inscrever pelo site www.pucsp.br/semanaacademica.

Videoteca promove debate do filme Além da Estrada

A Videoteca da PUC-SP promoverá nesta terça-feira, 13/9, às 19h, no auditório Paulo Freire (auditório superior do TUCA), uma sessão do filme "Além da Estrada". O longa foi recém estreado no 15º Brazilian Film Festival e narra a história de um homem que vai ao Uru-

guai conhecer um terreno deixado pelos pais que morreram em um acidente, e lá conhece uma jovem por quem se apaixona. Logo após a apresentação do filme haverá debate com o diretor Charly Braun e com o autor Esteban Feune. A participação é gratuita.

CA Benevides Paixão discute estágio em Jornalismo

O Centro Acadêmico Benevides Paixão promoveu na terça-feira, 6/9, um debate sobre estágio em Jornalismo, com os professores José Arbex Jr., chefe do Departamento de Jornalismo da PUC-SP, e Pedro Pomar, jornalista da ADUSP (Associação dos Docentes da USP), direcionado aos estudantes do 1º e 2º ano noturnos. Já

na terça-feira, 13/9, às 10h, na sala 521, o mesmo debate, desta vez com o professor Hamilton Octavio de Souza, professor do curso de Jornalismo da PUC-SP e editor da revista *Caros Amigos*, e o jornalista Pedro Pomar, será direcionado aos estudantes do período matutino. A participação é aberta a todos os interessados.



A APROPUC-SP convida para o lançamento da revista **CULTURA CRÍTICA Nº 11**

SARAMAGO

Apresentação:
Prof. Ms. João B. Teixeira da Silva

Debate com:
Andresa Fabiana B. Guimaraes - Doutoranda - USP
Cristiane Agnes Stolet Correia - Doutoranda - UFRJ
Drª Maria Heloisa M. Dias - UNESP Rio Preto
Marcelo Campos Tiago - Doutorando - Mackenzie
Roksyana de Paiva Silva - Graduado em letras - FSA

Dia 14/09/2011, às 19:30h.
sala 239, prédio novo, PUC-SP
Rua Ministro Godoy, 969, 2ª andar, Perdizes, SP